

Prejuízo maior é da oposição

Rosângela Bittar

A oposição sofre mais prejuízos que o governo com a obstrução que faz à pauta de votações do Congresso Nacional, na tentativa de derrubar os vetos do presidente Fernando Collor à política salarial. "O governo tem interesse em aprovar o ajuste fiscal, mas nós da oposição fazemos questão de que este ano seja votada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, o Orçamento da União e outros projetos que ainda não chegaram ao plenário", explicou o deputado José Genoíno, líder do PT.

O governista Gerson Peres (PDS-PA) condena a obstrução invocando os mesmos trabalhadores que os oposicionistas dizem defender, ao tentar a derrubada dos vetos.

"Dizem que estão obstruindo em nome de milhões de trabalhadores, mas se esquecem de que estão atrapalhando outros milhões de trabalhadores — os servidores públicos —, cujo projeto de reajuste salarial está parado aguardando votação. Chega a ser chocante", critica Peres. Além da Lei de Diretrizes e Bases, do projeto de reajuste salarial do funcionalismo e do ajuste fiscal, há o orçamento da União para 1992, que deverá ser votado até o final do ano. A proposta orçamentária ainda está sendo analisada na Comissão Mista do Congresso.

A obstrução paralisou também a Lei Rouanet, projeto do secretário de Cultura, Sérgio Paulo Rouanet, que pretende restabelecer incentivos fiscais à produção cultural. O projeto de reajuste salarial dos deputados e o plano de carreira, que contém ainda aumentos salariais para os funcionários da Câmara, já poderiam ter sido votados se não houvesse a obstrução.

De um lado, neste impasse que impede as votações do Congresso, estão os partidos que apoiam o governo — o bloco governista (PFL e PRN), PDS, PTB, PDC, PTR — e na obstrução estão PT, PDT, PMDB, PCB e PSB. Nas quatro votações de vetos ocorridas antes da obstrução — os vetos aos artigos 1º, 3º e 17º da política salarial —, nenhum dos contendores teve a maioria absoluta (252 votos). No caso de uma das votações, a maioria simples esteve a favor do governo, optando pela manutenção do veto.

A oposição não consegue levar seus adeptos a plenário para garantir a derrubada dos vetos, mas o governo também não, apesar da nova missão de captura de votos parlamentares pelo fisiologismo, que o presidente entregou a quatro ministros, liderados por Alceu Guerra, da Saúde. Com isso, estão todos diante da necessidade de negociar, embora a própria oposição reconheça que o governo está em situação mais confortável: caso se sinta impedido de governar, poderá voltar ao sistema de baixar medidas provisórias. Mas esta, por enquanto, é uma ameaça que os negociadores do Planalto estão preferindo deixar engavetada.

26 NOV 1991
JORNAL DO BRASIL